

Bárbara Gomes Lupetti Baptista

Mestre e Doutora em Direito pela Universidade Gama Filho/RJ,
Pesquisadora do INCT-InEAC (Instituto de Estudos Comparados em
Administração Institucional de Conflitos) e Advogada

**PARADOXOS E AMBIGUIDADES DA
IMPARCIALIDADE JUDICIAL**

Entre “quereres” e “poderes”

Sergio Antonio Fabris Editor
Porto Alegre - 2013

© Bárbara Gomes Lupetti Baptista

CATALOGAÇÃO NA FONTE

B222p Baptista, Bárbara Gomes Lupetti

Paradoxos e ambiguidades da imparcialidade judicial : entre “quereres” e “poderes” / Bárbara Gomes Lupetti Baptista. – Porto Alegre : Sergio Antonio Fabris Ed., 2013.

573 p. ; 15,5 x 22 cm.

ISBN 978-857525-609-1

1. Teoria do Direito. 2. Juiz: Poderes e Atribuições : Brasil. 3. Poder Judiciário : Brasil.. 4. Antropologia. I. Título.

CDU – 340.2

Bibliotecária Responsável : Inês Peterle, CRB-10/631.

Diagramação e Arte

PENA – Composição e Arte

Fone: (51) 3434-2641

CNPJ 94618667/0001-04

Porto Alegre - RS

Reservados todos os direitos de publicação, total ou parcial, à
SERGIO ANTONIO FABRIS EDITOR

Rua Riachuelo, 1238

CEP 90010-273

Fone: (51) 3227-5435 (Geral)

email: fabriseditor@terra.com.br

www.fabriseditor.com.br

Porto Alegre - RS

SUMÁRIO

Apresentação	13
Prefácio	25
Introdução.....	37
Capítulo 1	
Reflexões Metodológicas: Eu, a Minha Pesquisa, o Direito e a Antropologia	41
1. O primeiro dos “últimos passos”.....	41
2. Socialização acadêmica: algumas diferenças entre o direito e a antropologia	43
3. O diferencial da empiria: entre o concreto e o abstrato	50
4. A afetação: um novo olhar sobre as práticas judiciais	58
5. A advogada e a pesquisadora: dilemas morais vivenciados no trabalho de campo	63
6. A escrita: ainda os dilemas de viver entre a pesquisa e a advocacia	72
7. Entre um <i>paper</i> e uma petição: as distintas lógicas de escrever na academia e no tribunal	74
8. Dando início à problemática: entre “quereres” e “poderes”.....	80
9. A imparcialidade judicial.....	82
9.1. Por que pesquisar?	82
9.2. Como e onde pesquisar?	85
10. Curiosidades do meu trabalho de campo.....	88
11. O fim do começo	93

Capítulo 2

Juízes Impedidos? Juízes Suspeitos? Entre o Código e Suas Práticas	97
1. Imparcialidade judicial: “uma coisa que não existe”, apesar de estar prevista na Lei	97
2. Do Código de Processo Civil: impedimento e suspeição do magistrado	100
3. Dos procedimentos para arguição do impedimento e da suspeição do magistrado	112
4. Do julgamento das exceções de impedimento e de suspeição	115
5. A pecha do juiz suspeito e o temor da parcialidade	132
6. O direito à preguiça: a Resolução nº 82 do CNJ e o controle externo (ou interno?) da parcialidade judicial	142

Capítulo 3

Transitando Entre Usos e Estratégias: o Mundo da Advocacia e os Incidentes de Impedimento e de Suspeição	157
1. O outro lado da moeda: “fórum-shopping”. Quando os advogados decidem quem vai decidir a causa	157
2. “Para inglês ver”: o medo que paralisa. Prejuízos e enfrentamentos no uso das exceções de impedimento e de suspeição	162
3. Prejulgamento: o convencimento apressado. “Vossa Excelência já julgou!”	181
4. Ensaçando a dádiva: “Em terra de cego, quem tem um olho é rei.” Imagine quem tem os dois? Das relações pessoais e de trocas no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	194
5. Ocupando os espaços da lei: quando a amizade preenche o vazio	209
6. “Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa”: amigos, amigos, processos à parte	226
7. “Embargos auriculares”: um recurso estratégico, mas sem previsão legal	235

Capítulo 4

Em Busca de Significados: Distintos Olhares Sobre a Imparcialidade Judicial	243
---	-----

1. De volta para o presente: “Não fale do Código de Hamurabi!”	243
1.1. <i>Themis</i> : a deusa de uma justiça cega ou ativista?	244
1.2. A expropriação da liberdade individual: quando a autotutela serve de justificativa para a apropriação da justiça pelo poder estatal.....	255
2. A crença na imparcialidade: uma “problemática obrigatória”.....	260
3. “Assim É (Se Lhe Parece)”	267
4. O que É (Não Aparece): a contenção obrigatória dos sentimentos.....	270
5. “Nós somos seres humanos”	276
6. Empatia e alteridade.....	287
7. “E quando é que não julgamos com o coração?”.....	297
8. As estratégias da advocacia para acessar o coração da magistratura: entre práticas e mecanismos de defesa.....	307
9. Quando a moralidade do julgador ganha a causa: um retrato do poder estatal.....	314
10. A busca dos significados.....	327
10.1. Imparcialidade x Neutralidade	329
10.2. Imparcialidade como equidistância	337
10.3. Entre a lei e a justiça: “Deus escreve certo por linhas tortas”	339

Capítulo 5

Quando o Juiz Vira Equilibrista: Entre Discursos e Práticas Compensatórias e Excludentes.....	345
1. A igualdade e a imparcialidade: o antes e o depois da pesquisa	345
2. O “neoprivatismo”: quando o processo privado vira público	349
3. A atenuação do princípio dispositivo: a passagem para o ativismo	352
4. Um juiz ativista no processo civil: reminiscências inquisitoriais?	353
5. A iniciativa probatória do juiz como justificativa à busca da “verdade mais real possível”	359
6. O papel assistencial do juiz e a paridade de armas: compensação da desigualdade e darwinismo processual	370

7. Compensar ou não compensar? Transitando entre duas concepções de igualdade.....	382
7.1. A lógica de “Robin Hood”: o discurso compensatório “in dubio pro misero”	383
7.2. A desconstrução: “a justiça não existe para prestar . assistencialismo barato”	403
8. “Todos os bichos são iguais, mas alguns bichos são mais iguais que outros”: a igualdade como tratamento uniforme ou diferenciado	413
9. “Ideologia do coitadinho” x “enriquecimento lícito”	425
10. Os limites do ativismo probatório do juiz: a fundamentação e o livre convencimento	428
11. A imparcialidade como pêndulo.....	433
 Capítulo 6	
Entre “Quereres” e “Poderes”: A Lei, o Juiz e a Decisão.....	439
1. Quando “quereres” se tornam “poderes”.....	439
2. “Infinitivamente pessoal”: entre o rigor técnico e a realização da justiça.....	443
3. Um juiz ativo e criativo: “às vezes, fazemos mágica”	461
4. “O contraditório é bom”.....	472
5. “Onde queres o sim e o não, talvez”: “Já decidi pela procedência e pela improcedência no mesmo processo”	481
6. “Loteria judiciária” (ou roleta russa)?.....	488
7. Encontrando “a mais justa adequação”: a ponderação dos princípios e a interpretação criativa	490
8. “E onde vês, eu não vislumbro razão”: racionalizando as subjetividades da decisão judicial.....	503
8.1. “Primeiro, a gente decide o que é justo. Depois, . buscamos ou construímos a fundamentação”	506
8.2. Os limites de uma decisão racional	516
9. “O que não está nos autos não está no mundo” x “O mundo que não está nos autos, mas está no juiz”: os bastidores do judiciário.....	530
10. E a imparcialidade? Entre a lei, o juiz e a decisão.....	544
 Considerações Finais	 549
Referências Bibliográficas	559